

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL

PREGÃO NF 0639-25

XXX, XXX XXX XXX inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXX, com endereço na Av. XXX, nº XXX, XXX.X, CEP nº XXX, respeitosamente comparece perante Vossa Excelência, através dos seus advogados ora signatários, com fundamento no item 2.23 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão Eletrônico Nacional NF 0639-25, apresentar a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, requerendo a análise e o devido esclarecimento ou retificação dos pontos a seguir expostos, visando a garantir a ampla competitividade, a isonomia e a clareza do certame.

I. TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

A presente impugnação é formulada dentro do prazo legal estabelecido no item 2.23.1 do CBC, que prevê a possibilidade de impugnação até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

A elucidação dos questionamentos apresentados é fundamental para que todos os potenciais licitantes possam elaborar suas propostas comerciais com a devida **precisão** e **segurança jurídica**, em conformidade com os princípios que regem as licitações públicas.

II. FUNDAMENTOS DE IMPUGNAÇÃO

II.a REQUISITO TÉCNICO – QUADRO 6: CERTIFICAÇÃO DE HIGIENISTA OCUPACIONAL CERTIFICADO (HOC) PELA ABHO

Conforme apontamento do setor técnico, o "Quadro 6" das Especificações Técnicas (Anexo I do CBC) estabelece como requisito para o Responsável Técnico a certificação de Higienista Ocupacional Certificado (HOC) pela ABHO, com a referida certificação vigente, exigindo que este profissional pertença ao quadro próprio da Contratada.

No entanto, tal redação suscita dúvida: a certificação de Higienista Ocupacional Certificado (HOC) emitida pela ABHO constitui um requisito eliminatório, ou será admitida outra forma de comprovação de capacitação em Higiene Ocupacional para fins de atendimento a este item, desde que devidamente justificada e acompanhada de currículo e documentação comprobatória da experiência profissional?

A exigência de certificação específica, como a HOC pela ABHO, embora possa indicar um alto nível de especialização, pode, em certas circunstâncias, configurar uma **restrição indevida à competitividade do certame**. O princípio da ampla competitividade, basilar nas licitações públicas, preconiza que as exigências de habilitação devem ser as mínimas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, sem restringir o caráter competitivo do processo licitatório.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/21, a **competitividade** é um princípio básico e reitor para os processos licitatórios. Por conseguinte, não são admitidas cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive em razão de circunstâncias impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato. Isso significa que as exigências impostas não devem configurar direcionamento ou restrição de participação.

É sabido que existem diversas formas de comprovação de capacitação e experiência em Higiene Ocupacional, que podem ser equivalentes ou até mesmo superiores à certificação HOC, dependendo do histórico profissional e acadêmico do indivíduo. Profissionais com vasta experiência comprovada em grandes projetos, com pós-graduações e outras certificações reconhecidas nacional ou internacionalmente na área, podem ser igualmente ou mais qualificados para a função, mesmo sem possuírem a certificação específica da ABHO.

Impacto Potencial: A manutenção de uma exigência tão específica e restritiva, sem a possibilidade de comprovação de equivalência por outros meios, pode afastar potenciais licitantes qualificados, reduzindo o universo de empresas aptas a participar e, conseqüentemente, limitando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Itaipu.

Pedido de Esclarecimento/Alteração: Solicita-se que a Itaipu esclareça se a certificação HOC pela ABHO é um requisito absolutamente eliminatório ou se será admitida a comprovação de capacitação em Higiene Ocupacional por outros meios, desde que a proponente apresente justificativa formal, currículo detalhado do profissional e documentação comprobatória de sua experiência e qualificações, permitindo à Comissão de Licitação avaliar a equivalência técnica. Caso a ITAIPU entenda pela manutenção da exclusividade da certificação HOC, requer-se a apresentação de **justificativa técnica robusta** que demonstre a indispensabilidade e a singularidade desta certificação para a execução do objeto, em detrimento de outras qualificações.

II.b REQUISITO TÉCNICO – QUADRO 6: PROFISSIONAIS PARA ERGONOMIA

Conforme apontamento do setor técnico, o "Quadro 6" das Especificações Técnicas (Anexo I do CBC) menciona a necessidade de "Fisioterapeuta ou Educador Físico, Enfermeiro do Trabalho ou Engenheiro

de Segurança do Trabalho" com especialização em Ergonomia, pertencente ao quadro próprio da Contratada.

No entanto, tal redação suscita dúvida: este item requer a designação de um único profissional multidisciplinar com habilitação legal e especialização em Ergonomia, ou a composição de equipe técnica com diferentes formações, alocando profissionais distintos conforme o tipo de serviço a ser executado? As ações do Programa de Ergonomia devem, preferencialmente, ser executadas por Fisioterapeuta ou Educador Físico? As atividades de consultoria e capacitação em Ergonomia exigem, preferencialmente, a atuação de Enfermeiro do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho?

A redação do requisito, ao listar diversas formações profissionais de forma disjuntiva ("ou"), gera **ambiguidade** quanto à composição da equipe técnica esperada pela Itaipu. Em projetos complexos como o presente, que envolvem diversas facetas da ergonomia (desde análises ergonômicas preliminares e do trabalho até consultorias e capacitações), a atuação de uma equipe multidisciplinar pode ser mais adequada e eficiente.

No entanto, a forma como o requisito está posto **não deixa claro** se a Itaipu espera um único profissional que abranja todas essas formações (o que é improvável) ou se permite a alocação de diferentes profissionais, cada um com sua especialidade, para as distintas demandas do serviço.

A clareza e a objetividade das exigências editalícias são cruciais para que os licitantes possam dimensionar corretamente suas equipes e custos, evitando propostas inadequadas ou superestimadas. A **falta de detalhamento** sobre a composição da equipe e a preferência por determinadas formações para tipos específicos de serviço pode levar a **interpretações diversas, prejudicando a isonomia entre os concorrentes**.

Impacto Potencial: A incerteza sobre a composição da equipe pode resultar em: (i) **Subdimensionamento ou superdimensionamento da equipe**, pois os licitantes podem alocar profissionais em excesso ou em número insuficiente, impactando a qualidade do serviço ou a competitividade da proposta; (ii) **Propostas desalinhadas**, pois diferentes interpretações podem levar a propostas com estruturas de custos e equipes muito distintas, dificultando a comparação e a avaliação pela Itaipu; e (iii) **Dificuldade na execução contratual**, pois a interpretação da Contratada pode não corresponder à expectativa da Itaipu, que resultaria em conflitos na fase de execução do contrato.

Pedido de Esclarecimento/Alteração: Solicita-se que a Itaipu esclareça de forma inequívoca se o requisito se refere à necessidade de um único profissional que possua todas as formações listadas (o que parece inviável) ou se permite a composição de uma equipe técnica multidisciplinar, onde cada membro possua uma das formações e especialização em Ergonomia. Adicionalmente, para garantir a precisão na alocação de recursos e na precificação, pede-se que a Itaipu detalhe, se houver, a preferência ou a exigência de formações específicas para a execução de determinadas ações ou atividades dentro do escopo da Ergonomia, como as mencionadas nos exemplos (ações do Programa de Ergonomia vs. consultoria e capacitação).

II.c CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – PLANILHA DE PREÇOS

Conforme análise do Caderno de Bases e Condições, e considerando o Anexo III (Planilha de Preços) e Anexo IV (Minuta de Contrato), constatamos a ausência de detalhamento explícito do critério de medição dos serviços para fins de faturamento. O item 1.1.2 do CBC apenas indica o "Regime de contratação: preço unitário", e o item 2.15.1.b menciona "cotação de preço unitário e total do item", mas não define a unidade de medição para os serviços. Tampouco há nos Anexos detalhamento adicional que permita a elucidação quanto ao ponto.

No entanto, tal redação suscita dúvida: especialmente no que tange à estimativa mensal de serviços, a medição será realizada com base na entrega de produtos/documentos, quantidade de horas técnicas efetivamente executadas, ou outro critério? Existe alguma previsão de quantitativo médio mensal estimado para os serviços, a ser considerada na composição de custos?

A ausência de um critério claro e detalhado para a medição e faturamento dos serviços é uma falha grave que **compromete a capacidade dos licitantes de elaborar propostas precisas e justas**. O regime de "preço unitário" exige que a unidade de medida seja claramente definida para cada item de serviço, permitindo que as empresas precifiquem seus custos de forma adequada e prevejam seu fluxo de caixa.

A Lei nº 14.133/21, em seu art. 25, § 1º, exige que o edital contenha “o *objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento*”. A forma de medição e pagamento é um **elemento essencial para a formulação da proposta de preços**, pois impacta diretamente a estrutura de custos e a viabilidade econômica do contrato para a Contratada.

Serviços de higiene ocupacional e ergonomia, como os descritos no objeto (avaliações, ensaios, auditorias, elaboração de protocolos, consultorias, capacitações), podem ser faturados de diversas maneiras (por entrega de relatório, por visita, por hora técnica, por número de empregados avaliados, etc.). A falta dessa definição impede que as empresas estimem corretamente seus custos operacionais, incluindo a folha de pagamento dos profissionais envolvidos, que representa uma parcela significativa dos custos em serviços intensivos em mão de obra.

Impacto Potencial: A falta de clareza quanto à medição dos serviços pode resultar em: (i) **Incapacidade de precificação precisa**, pois os

licitantes não conseguem calcular o preço unitário de forma fundamentada, levando a propostas com alto risco de inexequibilidade ou superavaliação; (ii) **Desigualdade na competição**, pois cada licitante pode adotar uma premissa diferente para a medição, gerando propostas que não são comparáveis em bases equitativas; (iii) **Conflitos na execução**, pois a ausência de critérios claros pode gerar disputas e dificuldades no momento da medição e do faturamento dos serviços durante a execução contratual; e (iv) **Dificuldade no planejamento financeiro**, pois a Contratada não terá previsibilidade sobre o volume de serviços e, conseqüentemente, sobre o faturamento mensal.

Pedido de Esclarecimento/Alteração: Requer-se que a Itaipu detalhe, de forma clara e inequívoca, os critérios de medição e faturamento para cada item de serviço constante da Planilha de Preços (Anexo III). É fundamental que seja especificado se a medição será por entrega de produtos/documentos, por horas técnicas efetivamente executadas, por número de avaliações realizadas, ou por qualquer outro critério. Adicionalmente, para permitir uma composição de custos mais realista e um planejamento financeiro adequado, solicita-se que a Itaipu forneça uma estimativa de quantitativo médio mensal esperado para os serviços, ou, alternativamente, o volume total estimado para o período contratual, com a respectiva distribuição esperada.

II.d CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – PÁGINA 09 – VISITA
TÉCNICA INICIAL

A análise técnica apontou que o "Caderno de Especificação Técnica – Página 09" (Anexo I do CBC, não disponibilizado no Caderno de Bases e Condições) estabelece que *"em até 30 dias corridos da assinatura do documento contratual, a CONTRATADA deverá realizar visita técnica às instalações da ITAIPU [...], com carga horária mínima de 16 horas"*.

No entanto, tal redação suscita dúvida: dada a complexidade do planejamento logístico, composição de equipe e formalizações necessárias após a assinatura contratual, há possibilidade de prorrogação deste prazo inicial de 30 dias para até 60 dias corridos, mediante justificativa formal da Contratada e aceite da Itaipu?

O prazo de 30 dias corridos para a realização da visita técnica inicial, após a assinatura do contrato, **pode ser exíguo** considerando a complexidade inerente à mobilização de uma equipe especializada e à superação de trâmites burocráticos e logísticos. A fase pós-assinatura contratual frequentemente envolve: (i) Formalização interna para registro do contrato, emissão de ordens de serviço internas, alocação formal de equipe; (ii) Planejamento logístico para organização de viagens (passagens, hospedagem), transporte de equipamentos, agendamento de reuniões etc.; (iii) Composição e disponibilidade da equipe para garantir que os profissionais qualificados estejam disponíveis e possam se deslocar para a visita dentro do prazo; e (iv) Formalizações de acesso para obtenção de credenciais e permissões de acesso às instalações .

O **princípio da razoabilidade** e da **eficiência** na execução contratual sugere que os prazos estabelecidos devem ser factíveis e compatíveis com as atividades a serem realizadas. Um prazo apertado pode gerar dificuldades operacionais para a Contratada, podendo comprometer a qualidade da visita inicial ou até mesmo inviabilizar seu cumprimento, o que poderia levar à aplicação de sanções desnecessárias. A possibilidade de prorrogação mediante justificativa **é uma prática comum e prudente** em contratos de serviços, conferindo flexibilidade sem prejuízo ao interesse público.

Impacto Potencial: a ausência de previsão expressa quanto à prorrogação pode implicar em: (i) **Risco de descumprimento**, pois a Contratada pode enfrentar dificuldades em cumprir o prazo, sujeitando-se a penalidades; (ii) **Comprometimento da qualidade**, pois a pressa em cumprir

o prazo pode levar a uma visita menos aprofundada e eficaz; e (iii) **Desincentivo à participação**, pois as empresas que preveem dificuldades logísticas podem ser desestimuladas a participar do certame.

Pedido de Esclarecimento/Alteração: Solicita-se que a Itaipu reavalie o prazo estabelecido para a visita técnica inicial, estendendo-o para 60 (sessenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato. Alternativamente, requer-se que o Edital preveja expressamente a possibilidade de prorrogação deste prazo inicial de 30 dias, por igual período (ou outro prazo razoável), **mediante solicitação formal e justificada** da Contratada, sujeita à análise e aceite da Itaipu, conforme o item 2.22.1 do CBC já prevê para a assinatura do instrumento contratual. Esta flexibilidade garantiria a adequação do planejamento e a efetividade da visita, sem prejudicar o cronograma geral do projeto.

III. PEDIDOS

A presente Impugnação tem como objetivo primordial contribuir para a transparência, a legalidade e a eficiência do processo licitatório, assegurando que o Pregão Eletrônico Nacional NF 0639-25 atraia o maior número possível de licitantes qualificados e resulte na contratação da proposta mais vantajosa para a Itaipu.

Destarte, requer-se o acolhimento dos quatro pedidos de esclarecimento/alteração apresentados na fundamentação desta petição, uma vez que os esclarecimentos e eventuais retificações solicitados são essenciais para dirimir dúvidas que, se não sanadas, podem gerar insegurança jurídica e restringir a participação de empresas aptas a executar os serviços com excelência. Isso se dá nos termos do item 2.6 do Caderno de Bases e Condições, que prevê a disponibilização das respostas a todas as proponentes e que estas constituirão aditamento ao CBC.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Termos em que,
Pede deferimento.

XXX, 13 de junho de 2025.

XXX OAB/XXX

XXX OAB/XXX